

Diversidade e Cultura Popular: A Região Norte e Parintins como Referência

*Diversity and Popular Culture: the North and Parintins City –
AM (Brazil) as Reference*

MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA MAMED

Doutora em Ciências da Educação
pela Universidad Evangelica del Paraguay (UEP)

Abstract

The general objective of this article was to address how diversity and popular culture developed over the years, in the municipality of Parintins, located in the State of Amazonas, Brazil. About the methodology, among the themes of the theoretical framework necessary to understand the theme object of this study, the following stand out: cultural diversity, popular culture, cultural environment and cultural heritage, evidenced through a bibliographic research that guided the analyzes and reflections of these elements, including in the context of education. As a conclusion, it is highlighted that, the manifestation of cultural identity, provides knowledge and appreciation of the plurality of Brazilian, regional and local socio-cultural heritage, allowing people to perceive themselves as members and transforming agents of the environment, identifying their elements and interactions between them, and can actively contribute to its improvement. It is the integration of scientific knowledge, combined with popular knowledge, which, without being subjugated to each other, constitute plural culture or polyculture, showing that diversity and popular culture also contribute to the formation of critical thinking, when worked within criteria for this purpose. Brazilian society is plural and in which whites, blacks and Indians have a fundamental participation. Given this scenario, a dialogue has to be established based on cultural diversity.

Key words: Culture; Diversity; Cultural environment; Parintins; North region.

Resumo

O objetivo geral desse artigo foi abordar como a diversidade e a cultura popular se desenvolveu ao longo dos anos, no município de Parintins, localizado no Estado do Amazonas, Brasil. Quanto à metodologia, dentre os temas do marco teórico necessários para a compreensão do tema objeto deste estudo, destacam-se os seguintes: diversidade cultural, cultura popular, meio ambiente cultural e patrimônio cultural, evidenciados através de uma pesquisa bibliográfica que norteou as análises e reflexões desses elementos, inclusive no contexto da educação. Como conclusão, destaca-se que, a manifestação da identidade cultural, proporciona conhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, regional e local, possibilitando ainda que as pessoas possam se perceber como integrantes e agentes transformadores do meio ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, e podem contribuir ativamente para a melhoria do mesmo. É a integração dos saberes científicos, aliados aos saberes populares que, sem se subjugarem entre si, constituem a cultura plural ou a policultura, evidenciando-se ainda que a diversidade e a cultura popular também contribuem para a formação do pensamento crítico, quando trabalhada dentro de critérios voltados para esta finalidade. A sociedade brasileira é plural e na qual brancos, negros e índios têm uma participação fundamental. Diante desse cenário, tem que se estabelecer um diálogo a partir da diversidade cultural.

Palavras-chave: Cultura; Diversidade; Meio ambiente cultural; Parintins; Região Norte.

INTRODUÇÃO

A diversidade e a cultura popular constituem-se no objeto de estudo desse artigo, cuja delimitação apresenta uma abordagem desses elementos a partir do contexto da região norte, de modo particular, da diversidade cultural apresentada no “Festival Folclórico de Parintins”

Amazonas, Brasil, também conhecido como a “Festa do Boi-Bumbá”, sob uma perspectiva socioambiental e educativa.

Dentre outros, o presente artigo buscou responder ao seguinte questionamento: De que forma a diversidade e cultura popular se apresenta no “Festival Folclórico de Parintins”? A hipótese que norteia a pesquisa parte da premissa de que, é a integração dos saberes científicos, aliados aos saberes populares que, sem se subjugarem entre si, constituem a cultura plural ou a policultura. Na visão de Santos (2012), a diversidade e cultura popular também contribuem para a formação do pensamento crítico, quando trabalhada dentro de critérios voltados para esta finalidade.

Parte dos resultados apresentados no presente artigo decorre de anos de estudos, desde a dissertação de mestrado realizada no ano de 2010, até a tese de Doutorado concluída no ano de 2015, intitulada “Educação Ambiental e Diversidade Cultural Amazônica: A Festa dos Bois-Bumbás do Festival Folclórico de Parintins como Ferramenta de Aprendizagem na Rede Pública Municipal de Ensino de Parintins - Amazonas - Brasil”.

Conhecer é um eterno caminhar e a cada passo um novo conhecimento, bem como um novo desafio, e seguindo as pegadas do boi-bumbá de Parintins chegou-se ao doutorado, que sintetiza essa longa caminhada pelo mundo acadêmico, no contexto da cultura amazônica. O “Festival Folclórico de Parintins”, portanto, move-se pela e com a complexidade cultural e, por meio do talento e da criatividade dos seus atores, instiga reflexões para muito além do espetáculo efêmero. Na realidade, as reinvenções e ressignificações culturais são advindas da união dos fragmentos culturais que, em geral, escondem-se nas diversas formas de tradição.

A cultura popular dispõe, enquanto manifestação cultural, de um certo contexto sociogeográfico como de Parintins, um cerne identitário de seus habitantes. O “Festival Folclórico de Parintins” sempre motivou uma instigação pessoal como tema de investigação social e, com o passar dos anos, houve um entrelaçamento na sua complexidade para tentar compreendê-lo na sua relação com a sociedade amazônica.

Ao longo do artigo, foi feito um resgate histórico da cultura popular no Brasil e na região Norte, a partir de autores que abordaram essa forma de manifestação cultural como tema nacionalista no século XIX. A série temporal dos textos encontrados e

consultados tem seus primórdios no ano de 1865 com destaque para os textos de 1897 até os dias atuais.

O destaque dos textos referentes à segunda metade dos anos 1800 demonstra, nesse período, um movimento de ideias acerca do folclore, do povo, bem como dos procedimentos de coleta dos cantos e contos populares e no contexto da atmosfera cientificista dessa época, a grande maioria dos autores consultados debatem a questão sob as perspectivas racial, documental e das ciências naturais (MAMED, 2015).

A presença de pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento na produção de obras dos bois-bumbás parintinenses sinaliza “mais aberturas” à representação da sociodiversidade, às formas artísticas emergentes e às novas tecnologias, que informam a população em geral, bem como os artistas do boi com uma linguagem acadêmica, porém enraizados na diversidade e cultura popular (MAMED, 2015).

A abordagem nesse artigo foi elaborada em tópicos, nos quais foram apresentados temas como diversidade cultural, cultura popular, meio ambiente cultural, patrimônio cultural inclusive no contexto da educação, dentre outros. A opção por esta formulação didática foi *a priori* propiciar um entendimento amplo desses termos, com vistas a facilitar a compreensão do “Festival Folclórico de Parintins”, enquanto manifestação cultural sob os prismas educativo e socioambiental.

O objetivo geral desse artigo foi abordar de que forma a diversidade e cultura popular se apresenta no “Festival Folclórico de Parintins” e como se desenvolveu ao longo dos anos.

DIVERSIDADE CULTURAL

Há muito tempo que se afirma que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: “é índio, afro descendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caipira, caipira”. Contudo, ao longo de nossa história, “têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania”. O documento de “Pluralidade Cultural” trata dessas questões, enfatizando que, “as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas

mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão” (BRASIL, 1997, p. 6).

Em termos conceituais Rocha (2007) afirma que, a diversidade cultural não pode ficar reduzida ao reconhecimento da diferença e clarificar o entendimento quanto aos mecanismos que excluem povos, grupos étnico-culturais e comunidades são fundamentais porque possuem práticas e valores étnico-culturais distintos. Entretanto, para que tais ações possam ser concretizadas a cultura precisa ser valorada como um investimento capaz de conduzir ao bem-estar social e a uma qualidade de vida melhor, pautada no respeito às diversidades e na solidariedade humana. Um dos aspectos assaz pertinentes que denota a cultura popular são as controvérsias geradas entre cultura, enquanto manifestação popular e determinismo geográfico.

Segundo Laraia (1999, p. 21), “o determinismo geográfico considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural”. Contudo, contradiz o mesmo autor, na mesma fonte, destacando que, “não é possível a admissão da ação mecânica das forças naturais sobre uma humanidade puramente receptiva”. A posição da moderna antropologia é que “a cultura age seletivamente e não casualmente, sobre seu meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da manifestação da cultura”. Ou seja, a diferença existente entre as pessoas, não podem ser explicadas com base nas limitações que lhes são impostas nem pelo seu aparato biológico, nem pelo seu meio ambiente. “Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura” (LARAIA, 1999, p. 24).

D’Ambrósio (1999, p. 82-83) por sua vez, enfatiza que, no espírito da Declaração de Nova Delhi, “a diversidade cultural deve determinar os conteúdos programáticos”. No entanto, lamenta que tanto o “Plano Decenal de Educação para Todos”, quanto os “Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)”, parecem ter sido esquecidos, principalmente pelos cursos de licenciaturas “[...] que insistem em ensinar teorias obsoletas [...]”.

No entanto, conforme esclarecimentos de Santos (2012) é importante levar em consideração, no que pese os mais firmes propósitos de melhoria da qualidade do ensino, que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) representam políticas do conhecimento oficial. As políticas do conhecimento oficial geralmente resultam de

acordos ou compromissos, representam, portanto, os modos pelos quais os grupos dominantes tentam criar situações nas quais os compromissos que são estabelecidos os favoreçam. E nesse cenário, os compromissos ocorrem em diferentes níveis: do discurso político e ideológico, das políticas de Estado, do conhecimento que é ensinado nas escolas, das atividades diárias de professores e estudantes nas salas de aula e de como se entende tudo isso.

Na realidade pode-se afirmar que, a educação é o instrumento preeminente da promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural, “aos conteúdos e métodos da educação precisam ser desenvolvidos para servir às necessidades básicas de aprendizagem dos indivíduos e das sociedades”, proporcionando-lhes “o poder de enfrentar seus problemas mais urgentes, como o combate à pobreza, aumento da produtividade, melhora das condições de vida e proteção ao meio ambiente” (BRASIL, 1993, p. 2-4).

Na visão de Marcon (2006, p. 2), nas últimas décadas vêm ocorrendo no Brasil uma significativa expansão do ensino pautado no paradigma da educação por competências. Em prol da concretização desse objetivo, a própria legislação obriga a permanência de crianças e adolescente na escola. Isso fez com que o número de alunos aumentasse e também a diversidade sociocultural se tornasse mais presente no espaço escolar. “Assim, as escolas deparam com um conjunto de questões e dificuldades para trabalhar a diversidade, especialmente quando a compreensão dessa categoria não consegue dar conta das relações socioculturais”.

Tomando-se como referência essa contextualização inicial, bem como articulando-se a cultura popular de Parintins, aqui representada pelo “Festival Folclórico dos Bumbás” e as proposições curriculares como norteadoras de uma educação cidadã, pode-se entender como bem se posiciona Megale (2001, p. 11), que o folclore pode ser considerado uma ciência “indispensável para o conhecimento social e psicológico de um povo, traduzindo ao vivo a alma de uma raça, pois é específico e genuíno no seio de cada povo, distinguindo-os de outras coletividades”.

É sabido que, as questões relativas às relações entre educação escolar e cultura(s) são bastante complexas e afetam diferentes dimensões das dinâmicas educativas. E em decorrência disso, a articulação de um currículo multiculturalmente orientado não envolve

unicamente introduzir determinadas práticas ou agregar alguns conteúdos, o que corresponderia apenas a uma abordagem intitulada de "aditiva".

Não basta acrescentar temas, autores, celebrações etc. É necessária uma releitura da própria visão de educação. É indispensável desenvolver um novo olhar, uma nova ótica, uma sensibilidade diferente. O caráter monocultural está muito arraigado na educação escolar, parecendo ser inerente a ela. Assim, questionar, desnaturalizar e desestabilizar essa realidade constituem um passo fundamental. Contudo, favorecer o processo de reinventar a cultura escolar não é tarefa fácil. Como afirmam os(as) educadores(as), exige persistência, vontade política, assim como aposta no horizonte de sentido: a construção de uma sociedade e uma educação verdadeiramente democráticas, construídas na articulação entre igualdade e diferença, na perspectiva do multiculturalismo emancipatório (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 25).

No contexto educacional, há tempos que são discutidas questões cujo enfoque basilar visa “conduzir” a educação ao reconhecimento de diferentes patrimônios culturais. Tal perspectiva perpassa naturalmente pela proposta de novas metodologias para o ensino dos estudos étnicos e formulações de currículos e ambientes escolares, articulando cultura e identidade, bilinguismo e desempenho escolar, formação de professores e diversidade cultural. No entanto, a maneira como os sistemas educacionais concebem e concretizam a articulação entre diversidade étnico-racial e educação:

[...] está relacionada a concepções filosóficas e pedagógicas, a opções políticas e ideológicas e, ainda, à especificidade de cada sociedade, o que implica obviamente, objetivos e estratégias de atuação diferentes, e, conseqüentemente, sentidos diversos atribuídos à educação multicultural (GONÇALVES e SILVA, 1998, p. 47).

Na visão de Paiva (2002), a articulação entre educação e diversidade étnico-cultural sempre preocupou os setores mais intelectualizados e politizados da população brasileira. Inspirados pelo culturalismo, corrente de pensamento da antropologia, que propugna o respeito às diferenças culturais, esses intelectuais propõem ações no sentido de anular essa diversidade, no caso as matrizes culturais. Assim como qualquer campo social, de produção cultural deve ser definido enquanto um “campo de lutas”.

As diversas estratégias utilizadas pelas distintas posições possuem um maior ou menor efeito em função do volume de “capital simbólico” acumulado. Dessa forma, quanto mais autonomizado for o campo social, maior será o volume de capital simbólico a ser acumulado pelos agentes sociais envolvidos diretamente (PAIVA, 2002, p.32).

Nesse sentido, Consorte (1997) destaca como acontecimentos importantes dessa política o plano de auxílio federal destinado aos Estados onde se apresentava a questão da nacionalização do ensino e as reflexões de intelectuais ligados ao sistema educacional sobre o papel da educação na superação da mentalidade denominada pré-lógica, então identificada a certos setores da população.

Sobre o mesmo tema, Canen e Moreira (2001, p.12), justificam: “se aceitarmos a importância da cultura na vida social contemporânea e nas teorizações que a enfocam, devemos também aceitá-la no cenário educacional, e nas reflexões sobre os fenômenos pedagógicos”. Privilegiando particularmente o papel da cultura nas discussões, destaca-se que: “parte-se do pressuposto de que não se pode compreender a história, o estado atual e os múltiplos efeitos das políticas educacionais sem utilizar como elemento central da análise, a categoria raça”. Ressalta-se ainda que, “sua presença silenciosa nos discursos de equidade e de busca de padrões educacionais elevados, bem como nos currículos nacionais. A ausência da raça nesses discursos não impede, contudo, sua presença nos resultados que excluem das escolas alunos de grupos étnicos minoritários”.

Para Sacristán (2000) e Gomez (2000, p. 129), essa “omissão de identidade, seja do ponto de vista político, cultural, e/ou pedagógico tem sido historicamente funesta para diversas minorias, cujas identidades são eclipsadas enquanto construções histórico-sociais”. A cultura não é “um objeto terminado que se transmite mecanicamente de uns para os outros, mas uma atividade mediatizada que se reproduz construindo e se reconstruindo por meio de sua aprendizagem e das condições em que esta se realiza”. Canen e Moreira (2001) defendem uma teoria interessante (e plausível) sobre os porquês das omissões das minorias no discurso oficial tendo o currículo como ferramenta norteadora.

O currículo valeu-se da lógica disciplinar gestada no pensamento europeu quinhentista para separar o pensável do impensável e o verdadeiro do falso. Como a disciplinaridade e sua lógica de exclusões estão implicadas na constituição do sujeito moderno, somente

modificações radicais provocariam o desaparecimento dessa lógica. No entanto, colocar a especialização disciplinar em tensão permanente com a interdisciplinaridade pode dar espaço e voz a um número cada vez maior de pessoas, ensinando-nos a melhor conviver com o pluralismo de ideias, gêneros, etnias, idades, aparências físicas e comportamentos, religiões (CANEN e MOREIRA, 2001, p. 13).

Dentre os trabalhadores da educação, é consensual que o fracasso escolar, a desmotivação dos alunos, o tipo de relações entre esses e os docentes, a disciplina observada em sala de aula, a igualdade de oportunidades, dentre outras, são preocupações de conteúdo psicopedagógico e social que têm concomitâncias com o currículo que se oferece aos discentes e com o modo como é oferecido (MAMED, 2015).

Levando-se em consideração que o conteúdo cultural é a condição lógica do ensino, torna-se assaz relevante analisar como o projeto de cultura escolarizada se concretiza nas condições escolares.

Lutar pelo princípio de uma aprendizagem humana e humanizante, em que em sua complexidade estrutural o homem pode ser fisiológico, biológico, psicológico e antropológico. Só que o corpo do homem não é um simples corpo, mas necessariamente um corpo humano, que só é compreensível por meio de sua integração na estrutura social (MOREIRA, 1995, p. 97).

Conforme leciona Sacristán (2000), o currículo é uma construção social e como tal organiza diversas definições, acepções e perspectivas, podendo, inclusive ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados:

- 1) *O ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola;*
- 2) *Projeto ou plano educativo, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências e conteúdos;*
- 3) *Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas sequências para abordá-lo;*
- 4) *Referem-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: a) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; b) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos do tipo*

pedagógico, interações e comunicações educativas; c) sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação; e 5) Referem-se a ele os que exercem um tipo de atividade discursiva acadêmica e pesquisadora sobre todos estes temas (SACRISTÁN, 2000, p.14).

É importante esclarecer que, toda mecânica de elaboração do currículo introduz elementos que moldam a cultura escolar, pois as complexas realidades sociais que permeiam a atualidade de todo e quaisquer cenários sociais, bem como, os contextos por ela gerados estimulam um caminhar educativo, com o intuito de construir uma prática pedagógica comprometida com a democracia, com a cultura dos direitos humanos e com a construção de uma educação que seja colaboradora para o surgimento de um novo tempo, de uma outra era (MAMED, 2015).

Após uma breve caracterização da diversidade cultural, na próxima seção irá se discorrer sobre patrimônio cultural, cultura popular e meio ambiente cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA POPULAR E MEIO AMBIENTE CULTURAL

Pode-se afirmar que, o patrimônio cultural pode ser caracterizado como um acervo de símbolos e sentimentos que se transmite de geração para geração, ou seja, a construção de um povo. No Brasil, a Constituição Federal consagra a proteção ao pluralismo cultural, quando menciona na Carta Magna: “os bens que sejam portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1998).

Rocha (2007, p.4) esclarece que, o patrimônio cultural é considerado um bem difuso em solo pátrio, e embora a Constituição Federal (BRASIL, 1988) não tenha definido um conceito jurídico para o patrimônio cultural, em seu artigo 216 referendaram-se os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro e com base nas determinações ali exaradas, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, nos quais se incluem: “I) As formas de expressão; II) Os modos de

criar, fazer e viver; III) As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;” e ainda “V) Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

E continua Rocha (2007, p.4) destacando que, “não se trata de proteger apenas os bens eruditos ou excepcionais indicados pelas elites sociais, mas aqueles que retratam a diversidade e a riqueza de manifestações que conformam as peculiaridades do povo brasileiro”, visando ainda “estreitar as relações entre a escola e a comunidade, tendo como escopo conhecer melhor as crenças, os valores e as linguagens que constituem fatores significativos para a circulação de ideias e para a utilização adequada dos bens e produtos culturais.

Na visão de Pimentel, Bernardes e Carneiro (2007, p. 16), a cultura pode ser caracterizada como “tudo aquilo que resulta da criação humana e podem ser coisas materiais, tais como: objetos manufaturados, produtos de uso cotidiano, instrumentos variados”; e, também, “coisas imateriais: como linguagens, ideias, concepções de realidade, produções artísticas; além de símbolos, valores, pensamentos, religião, costumes, instituições, que fazem parte da sua cultura”. A cultura de um povo é seu patrimônio cultural, que possui duas vertentes principais:

1) Patrimônio material: um monumento em praça pública, uma igreja, uma obra de artes plásticas, um conjunto arquitetônico, um palácio; e

2) Patrimônio imaterial: uma peça de teatro, uma festa popular, uma banda de música, um coral, uma receita de culinária (PIMENTEL, BERNARDES e CARNEIRO, 2007, p. 16).

Consubstanciando a discussão em torno dessa questão voltada para o cenário amazônico, é válido citar Paiva (2002, p.92), que particulariza a abordagem para a cultura amazônica, destacando que, conforme ressalta Mário Ypiranga Monteiro, a atuação do ambiente natural da região amazônica “também exerceu um papel decisivo no processo de modelagem de uma cultura amazônica e de um folclore amazônico”. A prioridade conferida aos aspectos geográficos, enquanto “elemento morfológicos determinantes para a emergência e expressão de uma cultura híbrida singular, constituiu-se enquanto o pano de fundo sobre o qual a ideia de regionalidade amazônica”. Ou, conforme também

esclarece Batista (2007, p. 11): “a região é representada como uma combinação complexa de processos naturais e socioculturais que ultrapassa as fronteiras nacionais para se constituir na Pan-Amazônia”.

É importante ainda salientar que, conforme a legislação brasileira (BRASIL, 1988), o meio ambiente não contempla apenas o meio ambiente natural, que é constituído pela fauna, flora, solo, água e ar, mas também se estende ao meio ambiente artificial, bem como ao meio ambiente do trabalho e até ao meio ambiente cultural.

A partir de uma perspectiva mais ampla, Grau (1994) e Fiorillo (2003) esclarecem que, o meio ambiente não se resume aos recursos naturais, mas está relacionado também com tudo que quanto permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, e nesse sentido, o meio ambiente deve ser concebido como “interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida humana” (SILVA, 1981, p. 435).

Certamente, como bem se posiciona Rocha (2007, p. 2), “o ambiente cultural permite, abriga e, de certa forma, rege a vida dos homens. Não se pode conceber a existência humana fora de um determinado contexto sócio-cultural”. Os valores culturais permitem o “estabelecimento da identidade do homem com um determinado grupamento social, que o acolhe e lhe permite o desenvolvimento de suas potencialidades”. Não foi por outra razão que, na Lei Nº 9.605/98, conhecida como Lei dos crimes ambientais, consta no capítulo V a seção IV que trata dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.

Rocha (2007) ainda esclarece que, o patrimônio cultural é parte integrante do meio ambiente e, como tal, recebe as garantias constitucionais próprias aos direitos humanos fundamentais, o que significa que é ilícita a omissão do poder público em promover as ações protetivas do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas (ROCHA, 2007, p. 3).

Em decorrência disso é que, o art. 215 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) dispõe que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". Nesse sentido Milaré (2007) destaca que, a regra estabelece para o poder público a obrigação, em favor da coletividade, de proteção ao exercício dos direitos culturais e ao acesso às fontes de cultura.

O recorte proposto na seção seguinte busca apresentar a diversidade cultural, tendo como pano de fundo o "Festival Folclórico de Parintins", enquanto patrimônio cultural imaterial. No entanto, antes de abordar a cultura popular no Brasil, na região norte e em Parintins, faz-se necessário traçar breves considerações sobre cultura a partir de uma perspectiva geral.

O SURGIMENTO DA CULTURA POPULAR NO BRASIL: A REGIÃO NORTE E PARINTINS COMO REFERÊNCIA

A partir de uma perspectiva geral e conforme preleciona Ribeiro (2003, p.13), segundo a maioria das definições, a cultura é o conjunto de informações não hereditárias acumuladas, conservadas e transmitidas. Tem-se conhecimento de que, existe uma grande variedade de conceitos que pretendem designar de forma cabal, o real significado do vocábulo cultura. Neste trabalho, optou-se por trabalhar a cultura conforme o seguinte registro etimológico histórico e de interpretação:

No final do século XVIII e no principio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês Culture, que "tomado em seu sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (LARAIA, 1999, p.25).

Adentrando na questão da cultura popular, e em conformidade com a visão de Braga (2004, p.2), falar em cultura popular "implica necessariamente lançar mão de múltiplos referenciais teóricos, não apenas de uma antropologia clássica que ensina entre outras coisas a importância da diferença entre as sociedades humanas como também

da mudança cultural”, bem como “das possibilidades interpretativas que permitem captar a singularidade do outro, mesmo que ele faça parte da mesma sociedade ocidental habitada pelo antropólogo”.

No Brasil, destaca-se que a cultura popular é de interesse dos intelectuais brasileiros, desde o século XIX, diferentemente do que registra a maior parte da historiografia brasileira. Desde a primeira metade dos anos oitocentos, com a publicação, em 1834, o tema já fazia parte das preocupações nacionais, através da descrição da festa do “Bumba meu Boi”, pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, no periódico recifense “O Carapuceiro”. “Essa publicação é a mais antiga de que tivemos notícia, atesta apenas o início de uma trajetória de abordagem do tema popular que, ainda naquele século, ganharia grandes proporções” (RIBEIRO, 2003, p.13).

Ainda sobre a cultura popular no Brasil, mais precisamente, na região Norte, segundo pesquisas realizadas por Ribeiro (2003), o período compreendido entre os meados dos anos sessenta até finais do século XIX, permite “pinçar” as principais ideias registradas por autores diversos, que tentam descortinar o movimento de discussões e teorizações a respeito de folclore, povo, seus hábitos e produções orais, no século XIX.

Alguns fatores justificam o ostracismo que envolve esses autores: “o principal seria o gradual desaparecimento do intelectual polivalente, representado pelo bacharel romântico, substituído pelos teóricos especializados”. Com o advento e a repercussão da sociologia na década de 30 do século XX, aliado ao surgimento de intelectuais que propunham uma separação mais precisa entre o “cientista e o literato”, como Mário de Andrade e Amadeu Amaral, “os estudos oitocentistas sobre o folclore foram sendo desprestigiados e considerados coleções imprecisas e fragmentadas das criações populares, supostamente orientadas por posturas teóricas não especializadas e equivocadas do ponto de vista científico”. Além disso, “a escassa institucionalização dos estudos sobre folclore no século XIX, não favoreceu a edificação do assunto como uma disciplina do conhecimento” (RIBEIRO, 2003, p. 14).

No quadro 1 listam-se os principais nomes dos literatos desse período apresentados por Ribeiro (2003), bem como suas obras de maior expressividade sobre a cultura popular nortista pátria, destacando-se as principais obras, desde 1834 até 2014. Percebe-se que essas obras já sugerem uma preocupação dos autores com o

Maria do Socorro Barbosa da Silva Mamed- **Diversidade e Cultura Popular: A Região Norte e Parintins como Referência**

processo de formação sociocultural e histórica da Amazônia, se desenvolvendo em várias fases e linguagens.

Data	Autor/Obra
1834	Miguel do Sacramento Lopes Gama – “Bumba Meu Boi”, In: O Garapuiceiro (periódico recifense);
1859	“C”: “Tradições Populares de Minas Gerais e São Paulo”, In: A Marmota (periódico do Rio de Janeiro);
1861	Juvenal Galeno: Porangaba; (Denota as primeiras preocupações com a observação do povo);
1865	Juvenal Galeno: Lendas e Canções Populares;
1871	Juvenal Galeno: Cenas Populares; Franklin Távora: Cartas a Cincinato; (O projeto da Literatura do Norte); Nicodemos de Souza Moreira Jobim (vulgo “Professor Nicodemos”): “Lenda Anadiense e Tradição Histórica”, in: O Liberal, 1º de fevereiro (Jornal Maceioense);
1873	Celso de Magalhães: A Poesia Popular Brasileira, In: O Trabalho (periódico recifense); (Introdução do cientificismo nos estudos de folclore);
1874	José de Alencar: O Nosso Cancioneiro, In: O Globo; (Facetas nacionalistas);
1875	Couto de Magalhães: O Selvagem; (a descrição do selvagem);
1877	Franklin Távora: Lendas e Tradições Populares do Norte, In: Ilustração Brasileira, janeiro a junho (periódico do Rio de Janeiro); José Antônio de Freitas: Lirismo Brasileiro; Celso de Magalhães: “Estudo Sobre a Poesia Popular Brasileira”; In: Revista Nacional de Ciencia, Artes e Letras, n°s 3 e 4, São Paulo;
1879	Silvio Romero: Estudos Sobre a Poesia Popular no Brasil; (O mestiço como definidor do brasileiro);
1881	João Barboza Rodrigues: “Lendas, Crenças e Superstições” e “ O Canto e a Dança Silvícola”, In: Revista Brasileira (periódico do Rio de Janeiro); (O índio civilizado); José Veríssimo: “A Religião dos Tupi-guaranis”, In: Revista Brasileira; Pedro Paulino da Fonseca: “A Cruz das Almas: lenda alagoana”. In: Jornal do Comércio, seção “Variedades”, 22 de abril (periódico do Rio de Janeiro); Pedro Paulino da Fonseca (assinado “P. Fonseca”): “Um Batismo Póstumo (Lenda alagoana)”. In: Cruzeiro, seção “Variedades”, 24 de maio (periódico do Rio de Janeiro);
1883	Silvio Romero: Cantos Populares do Brasil; João Alfredo de Freitas: Fetichismo Religioso e Político; (Cultura popular no Norte do Brasil); Alfredo do Vale Cabral: “Canções Populares da Bahia” e “Acheegas ao Estudo de Folclore Brasileiro”, In: Gazeta Literária; (o maravilhoso popular); Alexandre José de Mello Moraes Filho: Pátria Selvagem: os escravos vermelhos;
1884	João Alfredo de Freitas: Lendas e Superstições do Norte do Brasil; Araipe Júnior: “Cantos Populares do Ceará – A propósito do Livro do Sr. Silvio Romero”, In: Gazeta Literária (31/03/1884); (a poesia sertaneja do Ceará); Pereira da Costa: Mosaico Pernambucano;
1885	Silvio Romero: Contos Populares do Brasil; Francisco de Paula Leite e Oiticica: “O Rosário da Alma do Outro Mundo”, sob o tema “Recordações da Província”, In: Orbe, 3 e 5 de julho (Periódico Maceioense);
1888	Silvio Romero: Etnographia Brasileira; Pereira da Costa: A Ilha de Fernando de Noronha; João Barboza Rodrigues: Viagem às Pedras Verdes. In: Norte do Brazil, (periódico amazonense), junho; Alexandre J. M. M. F.: Festas e Tradições Populares do Brasil; (a escravidão, o Norte e a supressão do índio);
1889	Pereira da Costa: Enciclopádiana Brasileira. João Barboza Rodrigues: O Muiraquitã;

Maria do Socorro Barbosa da Silva Mamed- **Diversidade e Cultura Popular: A Região Norte e Parintins como Referência**

	Frederico José de Santa - Anna Nery: <i>Folk-lore brésillien</i> , Paris: Librairie Académique Didier, Perrin et Cie. Libraires-Éditeurs; (folclore brasileiro em terras francesas);
1890	João Barboza Rodrigues: Poranduba Amazonense; Nina Rodrigues: “Os Mestiços Brasileiros”, In: Brasil Médico; (o fetichismo dos negros baianos);
1891	João Barboza Rodrigues: “Os Ídolos Simbólicos do Amazonas e o Muariatán”. In: Jornal do Brazil, setembro;
1892	João Barboza Rodrigues: A Música de um Çairé; Guilherme Studart: Notas Sobre a Linguagem e os Costumes do Ceará, In: Revista Lusitana;
1894	Couto de Magalhães: Ensaios de Antropologia;
1896	Nina Rodrigues: O Animismo Fetichista dos Negros Baianos, In: Revista Brasileira;
1897	José Carvalho: Perfis Sertanejos - Costumes do Ceará; Júlio Campina: Subsídio ao <i>Folk-lore</i> brasileiro: anedotas sobre caboclos e portugueses; lendas, contos e canções populares, etc. (o <i>Folk-lore</i> brasileiro);
1990	Alexandre José de Melo Morais Filho: Cantares Brasileiros.
1995	Darcy Ribeiro. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
2002*	Marco Aurélio Coelho de Paiva. Identidade Regional a Folclore Amazônico. In: M. Ypiranga Monteiro. Manaus: Valer.
2005*	Andreas Valentin. Contrários: A celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins. Manaus: Valer.
2006*	Allan Rodrigues. Boi-Bumbá Evolução. Manaus: Valer.
2007*	Djalma Batista. O complexo da Amazônia. Manaus: Valer; INPA.
2008*	Wilson Nogueira. Festas Amazônicas. Manaus: Valer.
2009*	Samuel Benchimol. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer
2009*	Márcio Souza. História da Amazônia. Manaus: Valer.
2012*	Elizabeth da Conceição Santos. Educação Ambiental e Festas Populares. Manaus: FAPEAM/EDUA.
2014*	Wilson Nogueira. Boi Bumba: Imaginário e Espetáculo na Amazônia. Manaus: Valer.

Figura 1 - Cronologia de publicações do folclore nos Séculos XIX a XXI: enfoque temático.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de Ribeiro (2003). Foram mantidas as grafias originais de diversos vocábulos. *As obras citadas de 2002 a 2014 não fazem parte do rol de obras apresentadas por Ribeiro (2003).

O que se pode perceber nessas obras, todas importantes para a formação sociocultural e histórica da Amazônia, de Parintins, do Folclore e no espetáculo do Boi-Bumbá, é que todas as cabeças e corações envolvidos nos bois-bumbás se mobilizam para realizar espetáculos vitoriosos. Por isso, há um esforço acadêmico literário para informar o mundo sobre os fatos históricos, as atividades sociais e sobre o boi de arena (MAMED, 2015).

Na concepção de Schwarcz (1998, p. 31), ao se interpretar de forma anacrônica, e à margem do interesse historiográfico, “o movimento teórico em torno das coletas de cantos e contos populares da segunda metade do século XIX está à margem das pesquisas atuais

e das novas metodologias dos estudos culturais brasileiros do século XX” deixando a impressão de que, “os primeiros folcloristas, além de se desviarem dos fatores sociais, reproduziam um popular falsificado, baseado em uma ciência mais impressionista” do que parecia ser na época”. O contexto da época oitocentista brasileira no campo literário é ilustrado da seguinte forma, em meados dos oitocentos, tempos de independência política:

Uma relevante manifestação intelectual de nossos literatos e pensadores românticos passa a tomar forma definida: a adoção de uma noção de cultura popular, antes inventada na Europa sob o conceito de folk-lore, que até então era tema diluído nas esparsas referências acadêmicas ao povo e, timidamente se difundia, ocasionalmente nas descrições literárias de costumes, crenças e cantigas populares e na imprensa brasileira (RIBEIRO, 2003, p. 16).

Na esfera etimológica e histórica, Ribeiro (2003, p. 16) esclarece que, no ano de 1846, o conceito de *Folk-lore* foi o criado pelo inglês William John Thoms. É importante ainda acrescentar que, a preocupação dos intelectuais da época diante da emergência de encontrar e expor elementos que representassem a nacionalidade em detrimento do influxo político e cultural europeu os levou a criarem uma ideia de popular, sobretudo pautada no modelo do romantismo alemão, que trazia uma acepção de “espontaneidade ingênua” e anonimato, característicos de uma coletividade homogênea e uma que se poderia considerar a “alma nacional”.

Segundo Vilhena (1997, p.22), com o avanço das teorias positivistas estrangeiras, introduzidas no Brasil por volta da década de 1870, muitos pensadores do período, especialmente aqueles filiados à “Escola de Recife”, “apresentam-se como cientistas e iniciam um movimento anti-romântico de reação às abordagens vigentes do popular, passando a ter preocupações com especificidades raciais e documentais do folclore brasileiro”.

De acordo com Matos (1994, p.102), desde o pré-romantismo alemão, na década de 1770, defendia-se a “unificação e elaboração da própria nacionalidade” em oposição à “hegemonia do padrão clássico-racional francês”, através da poesia popular. Assim, Herder demonstraria nas “Canções de todos os povos” (1778-1779) que: “as noções de raça e povo são positivamente marcadas, estabelecendo-se

entre elas e os pensadores e poetas um vínculo de continuidade fundado na unidade do Gênio (*Geist*) nacional”.

Aí se esboça “uma espécie de etnografia mística que não sublinha os traços genéticos, fisicamente determinados, mas a densidade da alma comunitária como força viva e criadora”. Numa “segunda geração” romântica, adentrando a primeira metade do século XIX, “intelectuais alemães como os irmãos Grimm irão contribuir para esta ideia de coletividade popular criadora, introduzindo uma suposta razão científica e a valorização das práticas populares enquanto documentos históricos”. (MATOS, 1994, p. 102).

Entretanto, como bem se posiciona Vilhena (1997, p.25), embora tivessem procurado tratar de maneira diferente o tema anunciado pelos românticos, mantiveram muito dos seus julgamentos e do distante olhar “elitizado” sobre o povo, esta nebulosa ideia de povo que elegem para descrever. Antes refletida da Europa que fidedigna à realidade local, tal ideia “sempre parecerá difusa nesse período, na medida em que tenta assemelhar-se à entidade popular branco-européia, determinada pelos românticos do velho mundo como rústica, ingênua e isolada da civilização urbana”. Na realidade, “um retrato que apresenta dificuldades em lidar com a miscigenação, a escravidão e o contingente popular que se encontra marginalizado nos grandes centros urbanos”.

Diante do interesse pela cultura popular que se estendia na Europa, há muito mais tempo que aqui, parece ter havido uma dificuldade para os românticos brasileiros quanto à atribuição da fonte desta emanação popular: para os europeus, a expressão do imaginário folclórico partia dos camponeses que, afastados das cidades, não se corrompiam pelos hábitos urbanos e cosmopolitas; mas, para os brasileiros, não havia um segmento social para se conferir “popularidade” a não ser os escravos. O problema se torna ainda maior, na medida em que o negro cativo era o elemento que os brasileiros queriam esconder, já que aos olhos estrangeiros, que em muitos momentos foram visitantes do Brasil, a escravidão era vergonhosa (RIBEIRO, 2003, p.18).

Nesse cenário, Ribeiro (2003, p.18) faz o seguinte questionamento: “como lidar com os relatos desses visitantes, já familiarizados à modernização da economia industrial e escandalizados com um modelo econômico ainda baseado na escravidão?” E então parte-se da premissa de que, “a solução desse impasse foi o advento de uma

produção literária ainda não científica, nem essencialmente engajada no movimento abolicionista, que pretendeu exaltar um controverso popular”, espelhado no romantismo europeu e que, dessa forma, buscou camuflar a evidente presença dos costumes e crenças africanos no país.

E continua Ribeiro (2003, p.18-19) destacando que, “uma configuração literária de acordo com o projeto de civilização idealizado por D. Pedro II para o seu império, sediado”, então, no Rio de Janeiro, em seu persistente apoio às pesquisas e à produção artística do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que “era constituído da agremiação dos homens de letras que propunham construir literatura, cultura e historiografia brasileiras, por brasileiros, que divulgassem uma imagem internacional de Brasil civilizado”. Imagem que, embora se anunciasse antilusitana, “afrancesava-se nos modos e nas modas”. Para tanto, “silenciava e apagava o grande contingente de cativos no país, visíveis transeuntes das ruas da Corte independente”.

Diante desta tentativa veemente de edificação da identidade nacional, “observou-se uma especial atenção dos escritores na figura do índio, desde inícios da independência”, tomado ao mesmo tempo “como mito nacional de fundação, que, mesmo diante das especificidades regionais, reforçava a ideia de unidade nacional, e uma origem genuína, adornada de nobreza”. Esta referência pareceu à sociedade passada mais “conveniente à imagem brasileira de civilização, uma vez que descartava a inserção do negro e podia representar um passado glorioso, construído a partir de tempos desconhecidos” (RIBEIRO, 2003, p. 19). Dessa forma, projetado ao distante período do descobrimento, o índio seria o elemento perfeito para construções idealizadas do passado nacional.

De certa forma, o investimento na figura indígena foi também uma resposta a considerações como as do francês Ferdinand Denis, primeiro estudioso que, em 1826, publicou uma história literária brasileira separada da portuguesa, sobre a necessidade de se aproveitar a cor local e o índio na produção literária nacional. Na fase que ficou conhecida como indianista (marcadamente nas décadas de 40 e 50 dos oitocentos), com a qual o projeto romântico atrairia atenções e prestígio, desenvolveu-se um universo de fábulas, cavalheirismo e nobreza, de maneira a singularizar o selvagem brasileiro, enriquecido pelo vasto ambiente natural e “pitoresco” a ser desbravado. Era o “maravilhoso” mencionado por Denis, que em

terras tropicais ganharia em esplendor e seria comparável aos tempos míticos da Grécia (SCHWARCZ, 1998, p. 32).

Nesse cenário, “as manifestações artísticas como as artes plásticas, a poesia e ficção, e até mesmo as pesquisas científicas, todas financiadas pelo Imperador, assistirão à eleição do índio como elemento inspirador da nacionalidade, principalmente no ambiente amazônico” (RIBEIRO, 2003, p. 20). Sobre isso é procedente a observação de Batista (2007, p. 56) ao destacar que no vale amazônico, “com seu ambiente típico de chuvas e florestas e seu magnífico sistema entrelaçado de vias fluviais, mais do que em qualquer outra região, persistiu a herança do indígena do Brasil”.

Conforme Ribeiro (2003, p. 20), tempos depois e já nas proximidades da década de setenta do século XIX, “o indianismo e o modelo romântico de identidade nacional passaram a ser questionados, com a penetração das teorias raciais e positivistas, já em discussão na Europa desde os anos quarenta do mesmo século”. Trata-se, portanto, “da consagração do cientificismo e do advento dos folcloristas no Brasil, representados, sobretudo por teóricos das províncias do Norte e Nordeste”.

No início da década 70, voltam-se os intelectuais brasileiros para as ideias positivistas inauguradas por Auguste Comte e Herbert Spencer, ideias que levantam a possibilidade de se pensar todos os domínios do conhecimento pelo viés da ciência. Se aliados a este princípio, difundiam-se os da teoria transformista de Charles Darwin, do naturalismo de Taine, da etnologia de Scherer, Gobineau e Müller, dentre outros, há de se considerar as transformações emergentes sobre a maneira de se pensar o popular brasileiro: não mais a idealização romântica e sim as concepções naturalistas de raça, meio e evolução (SCHWARCZ, 1998, p. 35).

De acordo com informações de Vilhena (1997) e Ribeiro (2003), essas mudanças colaboraram para a formação de uma geração de folcloristas aparentemente anti-romântica que, no seu resgate da memória e da nacionalidade, apontou seus estudos numa direção um tanto diferenciada do caminho escolhido pelos escritores anteriores.

Embora mantenham muitos dos juízos de valor românticos sobre seu objeto de análise, é sobretudo em resposta ao olhar dos estrangeiros chamados naturalistas, sobressaltados diante da mestiçagem humana e cultural observadas no Brasil, que os folcloristas nacionais

insurgem-se pela prática de investigação das influências raciais na formação da cultura popular, bem como da coleta documental de manifestações orais (SCHWARCZ, 1998, p.35).

Segundo Ventura (1991, p.11), a adaptação à realidade brasileira de uma ciência positivista e determinista, desenvolvida na Europa, foi tarefa árdua para estes estudiosos nacionais, que lidavam com um povo visivelmente marcado pela miscigenação. “Ainda assim, evidencia-se um processo de redefinição das teorias naturalistas no Brasil, segundo os interesses nacionais da elite brasileira”.

Schwarcz (1998, p. 132) corrobora com esta assertiva ao destacar que, a obra “A Confederação dos Tamoios (1856), de Gonçalves de Magalhães, foi diretamente financiada por D. Pedro II” e devidamente “aguardada como o grande documento de demonstração de validade nacional do tema indígena”. Nesse contexto, os debates sobre a cultura popular brasileira não se restringiam àqueles que os folcloristas promoviam, evidentemente evitados pela dificuldade no tratamento da questão da miscigenação.

Conforme Schwarcz (1993, p. 20), romancistas da época como José de Alencar e Franklin Távora, fizeram parte dos debates por meio de uma produção ficcional que aborda o “mestiço, suas expressões populares e os costumes de províncias especificamente localizadas no Norte do país, região eleita como o foco dos estudos naturalistas e documentais sobre o folclore nacional”. Franklin Távora é um exemplo marcante de romancista que não só aderiu ao mencionado tipo de abordagem do popular na sua ficção, “tendo elaborado também o conhecido prefácio programático da ‘Literatura do Norte’ e especificado origens raciais na poesia oral e costumes apresentados nos seus romances”, como também participou dos debates teóricos sobre o folclore em periódicos importantes, como a Revista Brasileira e a Ilustração Brasileira.

Nessa época é importante ainda enfatizar que, a elite brasileira, experimentou um delicado impasse, um misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, intelectuais que se moveriam “nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras, que condenavam o cruzamento racial, e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (SCHWARCZ, 1993, p.18). Na visão de Ribeiro (2003, p. 46), embora os autores apresentados atestem que “a

palavra assumiu sério estatuto científico na sua época, resvalam na contradição de terem abraçado um termo estrangeiro para tratarem de um tema com pretensões essencialmente nacionais”.

Nesse sentido, destaca-se que, “o racismo científico assumiu uma função interna, não coincidente com os interesses imperialistas”, se transformando “em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior” (VENTURA, 1991, p. 60).

Conforme observações de Ribeiro (2003, p.15), em controversa reação ao romantismo e ao influxo do ex-colonizador, ora as teorias raciais “privilegiam a contribuição portuguesa, ora o índio, ora o negro na formação do mestiço brasileiro e de sua cultura popular”. No entanto, é indiscutível a percepção do quanto às teorias raciais, bem como as ciências naturais influenciaram as abordagens da cultura popular no século XIX no Brasil, mesmo que seus posicionamentos não fossem unânimes.

Ainda nesse sentido, é procedente ressaltar que, com base na pesquisa realizada, inclusive nos dias atuais, a representação de folclore que permaneceu no senso comum encontra-se carregada de uma conotação pejorativa, relacionada ao que não deve ser levado a sério. O que é identificado com o folclore, comumente é considerado uma falsa verdade ou uma crença absurda (MAMED, 2015).

Feitas as considerações preliminares necessárias sobre o surgimento da cultura popular no Brasil e na região Norte, a partir desse momento irá se discorrer sobre o estudo da mesma no Estado do Amazonas, a partir do “Festival Folclórico de Parintins”.

No Amazonas, embora existam publicações acadêmicas sobre os bois-bumbás e o “Festival Folclórico de Parintins”, em nível de teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso de graduação em forma de monografias, projetos de pesquisa, pesquisas de iniciação científica, algumas não se encontram devidamente e oficialmente catalogadas. A compilação apresentada em seguida contempla um pouco da reflexão científica expressa na forma de produção acadêmica: livros e artigos, elencando-se as principais produções pertinentes ao tema no período de 2005 a 2014.

No ano de 2005, levando em consideração o mais moderno método da antropologia cultural, da investigação sociológica e dos mais respeitados textos clássicos de filósofos, Andréas Valentin,

historiador (arte e cinema), fotógrafo/etnógrafo, designer gráfico, Mestre em Ciência da Arte e Doutor em História Social, em sua obra intitulada “Contrários: a celebração da rivalidade dos Bois-bumbás de Parintins” publicada em 2005, partiu da rivalidade entre os Bois Garantido e Caprichoso, para ir ao fundo do fenômeno, cujo corpo se avulta durante os meses que precedem e, sobretudo durante o Festival.

Em seu livro Valentin (2005), compartilha o que aprendeu: “a rivalidade pode ganhar forma de conflito, mas é essencialmente criadora. A rivalidade acaba no fundo por unir”. Sua obra é resultado de muita pesquisa e de uma sabedoria que o autor não alcançou só nos livros que tratam da apresentação do bumba-meu-boi (antigo auto pastoril), mas, sobretudo, advindo de um conhecimento enriquecido por meio de um saber de experiências, onde o autor reuniu ciência e paixão, para que o seu trabalho florescesse, escrevendo com inteligência, mas também com a sensibilidade.

Em seguida, no ano de 2006, o jornalista, professor universitário, escritor e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia Allan Rodrigues, publicou um livro-reportagem intitulado “Boi-Bumbá: evolução, livro e reportagem sobre o Festival Folclórico de Parintins”, que tem como objetivo fazer uma releitura do Festival de Parintins pela ótica da ciência sem, contudo, deixar de ser um trabalho jornalístico. O livro é resultado de um trabalho acadêmico, baseado em uma intensa jornada de mais de dois anos de pesquisa onde o autor foi buscar a sólida formação de pesquisador e juntá-la à verve do jornalista, para descer à intrincada complexidade de um evento, nascido como legítima manifestação cultural de raiz dos grupos folclóricos de Parintins, uma pequena ilha situada no interior do Estado do Amazonas, e que se tornou um espetáculo, inscrito entre os eventos mais importantes do calendário turístico regional, nacional e internacional.

O livro-reportagem de Rodrigues (2006) apresenta um modelo próprio de relato fundamentado em pesquisa documental, observação, entrevistas, cruzamento de dados para checagem de informações, com técnicas próprias da pesquisa qualitativa. Como investigação científica, guarda coerência lógica entre teoria e objeto de investigação. Já quanto ao estilo jornalístico, deixa ressaltar a objetividade do olhar do repórter, mas que não perde a condição subjetiva de observador, que conhece bem os bastidores do que se

passa na “arena” como sendo outras dimensões de espaço e de tempo. Estas duas visões se fundem de propósito, para descrever e, ao mesmo tempo, reconstruir a verdade jornalística na forma de ciência social.

No ano de 2008 foi publicado o livro do jornalista, escritor e pesquisador Wilson Nogueira, intitulado “Festas Amazônicas - Boi-bumbá – Ciranda Sairé”, que é resultado da pesquisa que ele realizou sobre as relações das festas populares amazônicas com o mercado capitalista por intermédio das seguintes festas: Boi-Bumbá de Parintins, Ciranda de Manacapuru e Sairé de Alter do Chão, para o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPSCA), da UFAM, referente o período de 1999 e 2002. Esta obra cuida de um determinado período, mas carrega a força da análise de fatos contraditórios que perduram até o presente. Atualmente, os três eventos atraem a atenção de milhares de turistas e dos meios de comunicação, sendo que há pouco tempo, as três folias não ultrapassavam os domínios dos lugares nos quais são elaboradas e encenadas.

Em sua obra Nogueira (2008) esclarece que, esse fenômeno foi analisado sob a orientação de pesquisa na literatura pertinente e nas incursões de campo, com ênfase s informações dos atores sociais nelas envolvidos. Então, a partir daí produziu-se, uma reflexão que aponta as festas populares em acelerado processo de ressignificação de conteúdo discursivo e plástico para se adequarem às exigências do mercado capitalista. E embora estejam satisfazendo as necessidades de um mercado que movimenta milhões de reais, as populações que produzem e legitimam as três festas não são compensadas com melhoria de qualidade de vida adequadamente. A televisão aparece como principal ferramenta no processo de facilitação da apropriação dessas festas populares pelo mercado em razão da sua singularidade no transporte de imagem e tudo ao mesmo tempo e por estar atrelada aos interesses do poder político-econômico.

Para se contrapor ao quadro de exploração mercantil exacerbado dos bens simbólicos, Nogueira (2008) sugere mudanças nas relações de produção, distribuição e consumo dos bens culturais, para que eles se tornem democráticos e voltados à contrapartida social. No entanto, esse tipo de intervenção dependerá da articulação das camadas que estão relegadas, literalmente, ao papel de figurantes na realização desses eventos. Portanto, a obra busca tratar, de um tema de interesse contínuo da pesquisa científica em decorrência da

visibilidade social que alcançou e dos prováveis desdobramentos que terá no decorrer da história.

No ano de 2012, é publicado o livro da professora do Centro de Ciências do Ambiente (CCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Elizabeth da Conceição Santos, intitulado “Educação ambiental e festas populares: um estudo de caso na Amazônia e o Festival Folclórico de Parintins (AM)”, que é resultado de sua tese de doutorado defendida no ano de 2001, onde a autora destaca que, a complexidade da questão ambiental associada à valorização da cultura popular, manifestada através das festas populares, permite efetivamente que se desenvolvam estudos para, ao incorporar as manifestações culturais nos currículos escolares, firmar um compromisso com um sistema de valores básicos que favoreçam uma vida mais humana em sociedade.

Na visão de Santos (2012), as potencialidades do “Festival Folclórico de Parintins”, constituem a base pra que os temas “transversais” possam ser desenvolvidos, em uma perspectiva interdisciplinar, e com urna motivação pertinente ao prazer do qual emergem as manifestações. A autora faz uma análise crítica do Festival, propondo ainda que os recursos humanos e materiais movimentados para esse evento, tão importante na vida da comunidade, sejam também uma oportunidade de focalizar a questão ambiental, absolutamente prioritária não só no seu estado, mas em todo o país e, na verdade, em todo o mundo. Seu conhecimento e dedicação aos estudos sobre a Amazônia serviram de base para construir um referencial teórico fundamental em seu trabalho.

O livro de Santos (2012) envolve três níveis de investigação: boi-bumbá como prática cultural, sua produção e sua inserção no sistema educacional; boi-bumbá como atividade impactante, sua produção e sua dimensão de bem apropriado pela indústria cultural; e boi-bumbá como supor te para um programa de educação ambiental. A pesquisa pretendeu contribuir para a construção de um referencial teórico, sob o enfoque da relação ambiente/sociedade/cultura, na perspectiva da educação ambiental.

Outro livro de Wilson Nogueira, intitulado “Boi Bumbá: Imaginário e Espetáculo na Amazônia”, que é resultado de sua tese de doutorado de 2011, e que foi publicado no ano de 2014, não trata apenas do boi-bumbá parintinense, recorrendo ainda à festa como ancoradouro, ao antes e depois dela, para estabelecer diferentes

diálogos com o mundo, apresentar entrelaçamentos culturais, feições mercadológicas, afetividades e nuances da paixão, tendo o rio Amazonas como leito (recebendo e despachando) desses acontecimentos. A obra ainda situa o Boi-Bumbá de Parintins como manifestação cultural da Amazônia e o desaguadouro do imaginário amazônico para o espetáculo midiático, uma obra onde a maturidade científico-autoral se revela mais completamente.

O livro de Nogueira (2014) leva a conhecer, com toda a intensidade provocada pelos cenários marcados por cores fortes, alta temperatura, disputas acirradas, desencantos e encantos, cumprindo ainda uma tarefa singular: ajuda a Amazônia a reduzir a incipiência da reflexão científica, amplia a produção de conhecimentos em torno de realidades regionais e oferece um novo olhar sobre o Boi-Bumbá de Parintins.

Na categoria de artigos, destacam-se as seguintes publicações: No ano de 1993, o artigo de Sérgio Ivan Gil Braga intitulado “Festival Folclórico de Parintins: a arte musical do brincar de boi-bumbá na ilha Tupinambarana” publicado na Revista da Universidade Federal do Amazonas. No ano de 1995, o artigo do Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), João de Jesus Paes Loureiro, intitulado “Boi de Parintins: uma dramaturgia das paixões ou a fogueira do imaginário, publicado na obra “Cultura Amazônica: uma poética do imaginário” (SOMANLU, 2012).

No ano de 1998, o artigo de Rita Amaral, intitulado “As festas juninas: o boi-bumbá de Parintins: a lenda do boi-bumbá e a representação coletiva, que faz parte da Tese de doutorado em Antropologia Social/USP, intitulada “Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que não é sério”. No ano de 2000, o artigo da Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, intitulado “O boi-bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa”, publicado na Revista História, da Faculdade de Ciências Saúde de Manguinhos (SOMANLU, 2012).

E no ano de 2001, o artigo de Maria Eva Letizia, intitulado “Os enredos caboclos e nativistas nas toadas dos bois Garantido e Caprichoso, heróis do Festival Folclórico de Parintins”, publicado em Grenoble: Centre de Recherche et d’Études Lusophones et Intertropicales (CRELIT) (SOMANLU, 2012).

O levantamento histórico sobre o surgimento da cultura popular no Brasil, tomando a região Norte e Parintins como referência apresentado, serviu de subsídios e permitiu ampliar a produção de conhecimentos nesse artigo, e acerca das realidades regionais, oferecendo ainda um novo olhar sobre o “Festival dos Bois-Bumbá” de Parintins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscou-se estabelecer um diálogo a partir da diversidade cultural, buscando ainda fazer uma interpretação sobre o entrelaçamento que envolve a pessoa humana e suas raízes culturais no contexto parintinense. A diversidade cultural amazônica representada pelo Festival deve ser devidamente trabalhada no cotidiano escolar e com a população de Parintins, em virtude da grandiosidade e do espaço representativo que o Festival ocupa no município.

E para atender essa demanda, apresentou-se um panorama reflexivo sobre o surgimento da cultura popular no Brasil, tomando a região Norte e Parintins como referência. Posteriormente, envidaram-se esforços no sentido de desvelar os nexos relacionados à denominada identidade cultural, na qual parece residir a base convencional das análises que discutem a cultura popular na Amazônia. Para tanto, estabeleceu-se como paradigma do estudo e das reflexões o Boi-Bumbá e o “Festival Folclórico de Parintins”, símbolo da grandiosidade da manifestação popular parintinense e uma grande manifestação cultural da Amazônia.

As variações socioculturais suscitam reflexões para estudos analíticos com teorias de cunho mais epistemológicos e etnográficos de explicação para a diversidade cultural, para prover a necessidade para o quadro de lacunas. Nesse sentido, este artigo buscou apresentar um arcabouço teórico que possa contribuir para clarear e pôr em questão a importância da diversidade cultural que é apresentada no “Festival Folclórico de Parintins”, em novos níveis de debate, trazendo para o seu corpo de reflexões as perspectivas socioculturais e etnográficas, nas quais as estratégias de educação possam ser implementadas.

Respondendo ao problema inicial do artigo sobre de que forma a diversidade e cultura popular se apresenta no “Festival Folclórico de Parintins”, confirmou-se a hipótese de que, de fato, é a integração dos

saberes científicos, aliados aos saberes populares que, sem se subjugarem entre si, constituem a cultura plural ou a policultura, evidenciando-se ainda que a diversidade e a cultura popular também contribuem para a formação do pensamento crítico, quando trabalhada dentro de critérios voltados para esta finalidade.

Ao longo do artigo se tornaram explícitas várias questões que se consideram relevantes sobre cultura popular, meio ambiente cultural e diversidade cultural a partir do “Festival Folclórico de Parintins”. Um ponto da contribuição deste artigo, e que se pode ressaltar, refere-se à sistematização das pesquisas que já foram realizadas e publicadas, colocando-os em situação de diálogo, compilando-as em um estudo acadêmico.

REFERÊNCIAS

1. BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Valer; EDUA; INPA, 2007.
2. BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Festas religiosas e populares na Amazônia. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 16 17 e 18 set. 2004, Coimbra, Portugal. **Anais...** Manaus: UFAM, 2004.
3. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 1988.
4. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
5. BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos - 1993-2003**. Apêndice: Declaração de Nova Delhi. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1993.
6. CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
7. CONSORTE, Josildeth Gomes. Culturalismo e Educação nos anos 50: o desafio da diversidade. **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 43, p. 26-37, dez. 1997.
8. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação para uma sociedade em transição**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
9. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2003.
10. GOMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

11. GONÇALVES, J. L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
12. GRAU, Eros Roberto. **Proteção do meio ambiente: o caso do parque do povo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
13. LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
14. MAMED, Maria do Socorro Barbosa da Silva. **Diversidade cultural e educação ambiental: um diálogo entre a teoria e a prática do Festival Folclórico de Parintins como ferramenta de aprendizagem na rede pública municipal**. Assunción, PY, 2015.
15. MARCON, Telmo. Diversidade Cultural e Políticas Educacionais. In: Seminário Internacional de Educação Intercultural, Movimentos Sociais e Sustentabilidade. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CED/UFSC, 2006.
16. MATOS, Cláudia Neiva de. **A poesia popular na república das letras: Sívio Romero folclorista**. Rio de Janeiro: FUNARTE; UFRJ, 1994.
17. MEGALE, Nilza B. **Folclore Brasileiro**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
18. MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
19. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Neoliberalismo, currículo nacional e avaliação. In: SILVA, L.H. AZEVEDO, J.C.(Orgs.). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
20. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio-ago. 2003.
21. NOGUEIRA, Wilson. **Boi-bumbá - Imaginário e espetáculo na Amazônia**. Manaus: Valer, 2014.
22. NOGUEIRA, Wilson. **Festas Amazônicas - Boi-bumbá – Ciranda Sairé**. Manaus: Valer, 2008.
23. PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **Identidade Regional e Folclore Amazônico na Obra de Mário Ypiranga Monteiro**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Valer, 2002.
24. PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; CARNEIRO, Jacinto Guerra. **Oficinas culturais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
25. ROCHA, Fernando Antonio Nogueira Galvão da. Atuação do Ministério Público na Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1472, 13 jul. 2007.

26. RODRIGUES, Allan Soltenístsin Barreto. **Boi-Bumbá**: evolução, livro e reportagem sobre o Festival Folclórico de Parintins. Manaus: Valer, 2006.
27. RIBEIRO, Cristina Betioli. **O norte**: um lugar para a nacionalidade. 2003. Dissertação (Mestrado). - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.
28. SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
29. SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental e festas populares**: um estudo de caso na Amazônia utilizando o Festival Folclórico de Parintins. Manaus: Edua, 2012.
30. SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
31. SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.
32. SOMANLU. **A produção acadêmica sobre os bois-bumbás e o Festival de Parintins**. Somanlu, v. 2, número especial, 2002. Publicado em 2012.
33. VALENTIN, Andréas. **Contrários**: a celebração da rivalidade dos Bois-bumbás de Parintins. Manaus: Valer, 2005.
34. VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 -1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
35. VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.



MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA MAMED

Possui Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (2015). É Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (2010). Possui Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Roraima/UFRR (2019). É Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2005), em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade Estácio de Sá (2002) e em Orientação Educacional pela Universidade Cândido Mendes (2002). Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima (2001). É graduada em Direito - Faculdades Cathedral de Ensino Superior/RR (2008). Atualmente é Orientadora Educacional e Professora da Educação Básica - Secretaria de Educação, Cultura e Desportos/RR. Participou do Programa Eleitor do Futuro como Pedagoga.
E-mail: msocorromamed@hotmail.com